

## Aproximando o conhecimento do desenvolvimento

O deputado José Carlos Vaz de Lima (PSDB), presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Assembléia Legislativa de São Paulo, foi recebido pelo Conselho Superior e diretores da FAPESP, em almoço na sede da Fundação, no dia 11 de agosto. O encontro é indicativo tanto da preocupação da FAPESP em interagir com o Legislativo, quanto do interesse do próprio deputado Vaz de Lima e da comissão que ele preside em conhecer de perto iniciativas importantes na área de ciência e tecnologia em São Paulo. O Legislativo tem um papel fundamental no estabelecimento da política científica e tecnológica do Estado e, vale lembrar, sua atuação foi decisiva para a criação e instituição da FAPESP e, já em 1989, para a elevação do repasse de recursos do Tesouro para a Fundação, previsto na Constituição paulista, de 0,5% para 1% das receitas tributárias do Estado.

No encontro, o deputado Vaz de Lima ouviu do presidente da FAPESP, Carlos Henrique de Brito Cruz, uma breve explanação sobre a preocupação crescente da Fundação com caminhos concretos para aproximar o conhecimento do desenvolvimento econômico e social, necessidade premente num país que registra uma séria deficiência de P&D nas empresas. Indi-

cou que a preocupação de caráter econômico se traduz em programas que levam a pesquisa para dentro da empresa, como os de Inovação Tecnológica em Parceria (PITE) e Inovação Tecnológica em Pequenas Empresas (PIPE). E que a preocupação de caráter eminentemente social traduz-se em outros programas que levam o conhecimento ao poder público, como o de Apoio ao Ensino Público e o Programa de Pesquisas em Políticas Públicas. Brito Cruz falou ainda sobre o cuidado da FAPESP com a seleção e o acompanhamento dos projetos de pesquisas, destinado a garantir que os recursos do contribuinte sejam aplicados da maneira mais consistente possível. Finalizou observando que hoje o desenvolvimento depende fortemente da capacidade das nações

em gerar conhecimento, e que o Estado de São Paulo, com instrumentos como suas três universidades públicas estaduais e a FAPESP, tem uma grande contribuição a dar ao Brasil nesse sentido.

O deputado Vaz de Lima observou, ao sair do encontro, que as pesquisas financiadas pela Fundação precisam ser divulgadas para um número crescente de cidadãos. Em sua visão, isso é muito importante para que esses cidadãos tenham a exata percepção do alto nível desses trabalhos e das formas como são aplicados os recursos públicos investidos em pesquisa. É importante também para que se tornem conscientes da perspectiva de independência e desenvolvimento que o progresso da ciência abre para a sociedade e dos novos recursos tecnológicos que a pesquisa põe à sua disposição.



Vaz de Lima (à direita) com o presidente e os diretores da FAPESP: iniciativas relevantes em C&T

FOTO MIGUEL BOYKIN

## Japão investe mais em genômica

O governo japonês pretende aumentar seu apoio à genômica através de duas iniciativas: um plano quinquenal para dobrar os investimentos em pesquisas nessa área (com o aporte de 2 trilhões de ienes em cinco anos, elevando, assim, os gastos com genômica a pelo menos 0,2% do PIB japonês) e um projeto para decifrar 30% das seqüências de genes expressos humanos até 2001, informou a *Nature* de 29 de julho passado.

A estratégia, anunciada em 13 de julho último, por cinco ministérios, vai centrar-se na análise do genoma humano e na criação de uma base de dados de polimorfismos de nucleotídeos isolados, Snips, na população japonesa, que poderá levar a novos medicamentos e técnicas de diagnóstico.

O plano inclui a criação de centros nacionais de pesquisa genômica, até 2001, e a ampliação do apoio a investimentos de risco nessa área, num esquema similar ao do programa norte-americano *Small Business Innovation Research* (SBIR), de financiamento a pesquisas inovadoras com potencial comercial em pequenas empresas (que, aliás, foi uma das fontes de inspiração do PIPE, o Programa de Inovação Tecnológica em Pequenas Empresas da FAPESP).

O plano está afinado com um programa de dez anos do governo japonês para ampliar 25 vezes o atual mercado de biotecnologia do país, fazendo-o alcançar US\$ 213 bilhões (25 trilhões de ienes) e ajudar na criação de mil novas companhias até 2010. Há um sentimento crescente entre pesquisadores e industriais de que a pesquisa em biotecnologia no Japão, particularmente nos projetos de genômica, está muito atrasada em relação ao Ocidente. A contribuição japonesa para o Projeto Genoma Humano, por exemplo, responde por apenas 8% do esforço total e, segundo o Ministério da Indústria e Comércio Internacional (MITI), os investimentos anuais em genômica, de US\$ 4,77 milhões (560 bilhões de ienes), são menos de um quarto dos norte-americanos.

## Liberdade de pesquisa com responsabilidade social

Depois dos cortes dramáticos nos gastos públicos no último ano, uma nova política de pesquisa promete mais liberdade para os cientistas holandeses estabelecerem suas prioridades de trabalho, embora os interesses nacionais não devam ser esquecidos. Segundo a *Nature* de 29 de julho último, o ministro da Ciência, Loek Hermans, divulgou, no mês de junho, um novo plano para a política científica do país radicalmente diferente do que foi praticado por seu antecessor, Jo Ritzen, e que enfatizava a associação da pesquisa com metas socioeconômicas. Na prática, esse plano acabou se traduzindo em cortes

orçamentários e no fracasso da tentativa de transferir recursos das universidades para a Organização para a Pesquisa Científica da Holanda-NWO, a agência nacional de fomento à pesquisa, procedimento que visava a uma definição mais centralizada das prioridades nacionais de pesquisa.

De acordo com o plano apresentado por Hermans, as universidades passam a apresentar planos estratégicos à NWO a cada quatro anos, e não mais relatórios bienais de progresso para o ministério. A agência vai elaborar um plano nacional de pesquisa baseado nas solicitações das universidades. E, ao mesmo tem-

po, para promover a consciência do potencial econômico e da relevância social da pesquisa, estudos prospectivos elaborados por um organismo independente, o Conselho Consultivo para a Política de Ciência e Tecnologia, serão colocados à disposição das universidades.

As mudanças indicam maior flexibilidade na alocação de recursos às universidades que, nos últimos vinte anos, estava condicionada a estatísticas obsoletas de números de estudantes. Tudo isso deve ampliar o papel das universidades na definição de prioridades para seu orçamento de pesquisa de US\$ 1,2 bilhão.